



Rede Sarah e TCE-PB são os homenageados com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2014

Na manhã da quarta-feira (30.10), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou a eleição dos homenageados com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2014. O Prêmio foi dividido em duas categorias: Sociedade Civil e Governamental, onde os agraciados foram a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB).

Na primeira, teve duas indicações, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e a Associação Contas Abertas. Já na segunda foram seis indicações: Controladoria-Geral da União; Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro; Prefeitura da Cidade de Recife; Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Valmir Campelo (Ex- ministro do Tribunal de Contas da União e atual vice-presidente de Governo do Banco do Brasil). Dos doze votantes, 10 elegeram a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e oito escolheram o Tribunal de Contas da Paraíba.

A rede Sarah foi indicação do líder do PRB, deputado George Hilton, que na sua ausência, o deputado Márcio Marinho (PRB-BA) agradeceu aos pares a escolha e enalteceu o trabalho desenvolvido pelo hospital, que é referência nacional, o qual pode acompanhar de perto, uma vez que existe uma unidade no seu Estado.

O presidente da CFFC, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), que indicou o TCE-PB, justificou sua escolha devido ao trabalho do órgão em garantir a transparência e a fiscalização pública, bem como o incentivo ao cidadão paraibano ao exercício do controle social, através do programa



“Diálogo Público-PB – o TCE e o Controle Social”.

“Visando a iniciativa do TCE em interiorizar as ações do Tribunal, contribuindo com o atendimento das demandas legítimas que a sociedade tem apresentado, fomentando a interação com a sociedade paraibana e priorizando acima de tudo a transparência e a fiscalização, que pautamos nossa escolha”, justificou Hugo Motta.

Todos os deputados presentes elogiaram a iniciativa do TCE-PB e ressaltaram que estavam tendenciosos a votar na Controladoria-Geral da União, mas após as explicações do deputado Hugo Motta reconheceram que o órgão é merecedor do prêmio.

O vice-presidente da CFFC, João Arruda (PMDB-PR), ressaltou ainda que o trabalho desenvolvido pode servir de exemplo para os demais tribunais do país e que quer conhecer de perto o TCE-PB.

O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública acontece todos os anos e esta edição terá como patronos o ex-governador do Estado da Paraíba, Pedro Gondim, na categoria sociedade civil, indicado pelo deputado Hugo Motta e na categoria governamental, indicado pelo deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), o ex-presidente da República, Itamar Franco. A entrega será feita no dia 9 de dezembro, às 10h, no plenário da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães.

Comissão e auditores fiscalizam frigoríficos de peixe

Atendendo requerimentos do deputado João Arruda (PMDB-PR), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), realizou uma visita técnica, seguida de Mesa Redonda aos municípios de Pinhalão e Cornélio Procópio no estado do Paraná, para fiscalizar a aplicação de recursos e o andamento da construção e instalação de unidades de beneficiamento e abatedouros de peixe nos dois municípios.

Formada por deputados, auditores

do Tribunal de Contas da União (TCU) e representantes do Ministério da Pesca, a comissão esteve, no dia 15/05/2014, em Pinhalão e no dia 16/05/2014 em Cornélio Procópio, e como resultado da inspeção pretende solicitar ao Ministério da Pesca o edital de licitação para a construção do Complexo do Peixe que está sendo construído nas duas cidades, além de outros documentos que não constam nos sistemas de informação do TCU e do governo federal.

Desde o início, os projetos em ambos

os municípios são cercados de desconfiança por setores do governo federal. Pinhalão está apenas a 100 quilômetros de outro frigorífico do gênero instalado recentemente em Cornélio Procópio.

Além disso, não só Pinhalão, mas várias outras cidades que estariam envolvidas no projeto contam com um mínimo possível de lâmina d'água capaz de produzir e atender a demanda por peixes para o frigorífico.

Tarifas de cartões de crédito são discutidas em Audiência Pública

As altas taxas de juros e tarifas de cartões cobradas quando o usuário não faz a quitação de sua fatura mensal, foi alvo de debate na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, na tarde do dia 20/05/2014, em audiência pública requerida e presidida pelo deputado federal Edinho Bez (PMDB/SC).

Edinho cobrou medidas para baixar as tarifas e taxas de juros, visando proteção aos consumidores brasileiros contra os abusos que vêm sendo cometidos pelos bancos e pelas administradoras de cartão de crédito. “As taxas de juros cobradas estão mais caras que agiotagem, não é possível que continuem assim”, disse.

Estiveram presentes representantes do Banco Central, Tribunal de Contas da União – (TCU), Federação Brasileira de Bancos – (FEBRABAN), e da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – (ABECS).



CFFC visita Refinaria da Petrobrás em Bacabeira – MA

Atendendo requerimento do deputado Simplício Araújo (SD-MA), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou, no dia 22 de maio de 2014, Visita Técnica e Mesa Redonda na Refinaria da Petrobrás, em Bacabeira-MA. Segundo Simplício Araújo o que se constatou é que está havendo desperdício de recursos públicos, já que a Refinaria Premium I, em construção ainda, é um enorme campo aberto sem qualquer estrutura que possa lembrar que ali deveria estar sendo construída uma refinaria. Com capacidade de produzir 600 mil barris/dia, a refinaria empregaria 80 mil pessoas no ápice das obras e deveria estar em pleno funcionamento em 2016. Quatro anos depois, o que se vê é a paralisação da obra.

Simplício disse ainda que, durante a visita, houve mobilização de técnicos. Para ele, por mais que os técnicos busquem explicar e tirar dúvidas, fica complicado entender



como que um empreendimento como esse tem possibilidade de continuar seguindo. “Infelizmente essa obra não tem viabilidade técnica alguma. Foi feita sem planejamento, o que resultou nesse lamentável episódio”, afirmou.

Presente em Bacabeira, o diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, afirmou que a refinaria estaria pronta em 2018.

Visita técnica aos centros de operação das empresas aéreas

Deputados das comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Viação e Transportes fizeram nos dias 5 e 6 de junho de 2014 uma visita técnica aos centros de operação e controle das empresas aéreas Avianca, Azul, Gol e TAM. O objetivo foi identificar as razões dos altos preços das tarifas, especialmente durante a Copa do Mundo.

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), afirmou que a principal queixa das companhias é o custo do combustível. Os parlamentares se comprometeram a atuar para reduzir o valor do produto, o que poderá diminuir em até 20% do valor.

Motta informou que as companhias aéreas disseram que, além do preço do combustível, os executivos também culpavam o ICMS pelo alto valor das passagens, no caso, estados que dão isenção desse tributo às empresas podem aumentar o número de voos e incrementar o turismo.

MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

Presidente: Hugo Motta (PMDB/PB) - **1º Vice-Presidente:** João Arruda (PMDB/PR)

2º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PSD/RJ) - **3º Vice-Presidente:** Manuel Rosa Neca (PR/RJ)

Titulares: Edson Santos PT/RJ - Sibá Machado PT/AC - Vanderlei Siraque PT/SP - Alexandre Santos PMDB/RJ - Edio Lopes PMDB/RR - Hugo Motta PMDB/PB - João Arruda PMDB/PR - Carlos Brandão PSDB/MA - Luiz Fernando Machado PSDB/SP - Felipe Bornier PSD/RJ - Eduardo da Fonte PP/PE - João Pizzolatti PP/SC - Manuel Rosa Neca PR/RJ - Márcio França PSB/SP - Ronaldo Caiado DEM/GO - Nilton Capixaba PTB/RO - Marcio Junqueira PROS/RR - Fernando Francischini SDD/PR - Zequinha Marinho PSC/PA - Francisco Tenório PMN/AL.

Suplentes: José Guimarães PT/CE - Pepe Vargas PT/RS - Renato Simões PT/SP - Anibal Gomes PMDB/CE - Eduardo Cunha PMDB/RJ - Júnior Coimbra PMDB/TO - Antonio Carlos Mendes Thame PSDB/SP - Carlos Sampaio PSDB/SP - Vanderlei Macris PSDB/SP - Vaz de Lima PSDB/SP - Irajá Abreu PSD/TO - Sérgio Brito PSD/BA - Carlos Magno PP/RO - Anthony Garotinho PR/RJ - Wellington Roberto PR/PB - Zoinho PR/RJ - Mendonça Filho DEM/PE - Marcelo Matos PDT/RJ - Stepan Nercessian PPS/RJ - Simplício Araújo SDD/MA.



Moreira Franco participa de audiência na CFFC

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, participou de audiência pública Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, no dia 21/05/2014, onde falou sobre as obras nos aeroportos brasileiros.

O ministro informou que os atrasos ocorrem sobretudo nos aeroportos gerenciados pela estatal Infraero. Conforme Moreira Franco, o maior problema está em Fortaleza (CE). Lá, a Infraero montou um terminal provisório, que já foi usado, por exemplo, nos Jogos Olímpicos de Londres. "O terminal atenderá às necessidades da Copa, e será desmontado posteriormente", afirmou.

Privadas

Entre aeroportos concedidos a empresas privadas, Guarulhos (SP) já inaugurou o novo terminal. O ministro apontou, porém, que Viracopos (SP) não está cumprindo o cronograma previsto no contrato de concessão. A concessionária finalizou as obras na pista, mas não entregou o novo terminal. "A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já está concluindo investigações para tomar as medidas contratuais necessárias", informou Franco. Os contratos de concessão preveem multas de até R\$ 170 milhões



para cada componente não entregue no prazo.

O ministro defendeu que a Infraero receba o mesmo tratamento das concessionárias pela não entrega das reformas dos aeroportos no prazo previsto. "Existe um ambiente no País de não cumprimento de contratos, que gera instabilidade", disse. "Nossa expectativa é que haja consequências palpáveis pelo não

cumprimento desses contratos", completou.

O presidente da Anac, Marcelo Guarany's, explicou que, no caso da Infraero, hoje não existe um contrato com multas previstas, mas a agência já estuda, a pedido do ministro, como poderá punir a empresa pública pela não entrega de obras. Isso não será concluído, porém, antes da Copa.

Brasil tem apenas 632 presos por corrupção; procurador defende mudanças legais

Deputado Renato Simões anuncia a criação de uma subcomissão para apresentar projetos que alterem a legislação atual e facilitem a recuperação de ativos ilegais encontrados no exterior.

O procurador regional da República e secretário de cooperação jurídica internacional, Vladimir Barros Aras, afirmou na quinta-feira (22/05/2014), em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que, no Brasil, apenas 632 pessoas estão presas por corrupção, num total de 550 mil presos. "É um escândalo e envergonha o País", disse Aras, no debate que discutiu as dificuldades legislativas do governo brasileiro na recuperação dos ativos (dinheiro, propriedades, ações) que resultaram de crimes, encontrados no exterior.

Para o procurador, a recuperação desses ativos é fundamental para mudar a imagem que o Brasil tem no exterior de ser um país corrupto. Ele afirmou que o rastreamento de recursos financeiros enviados para fora, oriundos de crimes como corrupção e tráfico, é uma das maiores dificuldades para a repatriação dos ativos.

Aras ressaltou que o bloqueio desses bens é outra dificuldade encontrada pelas autoridades brasileiras, devido a ausência de tratados de cooperação internacional. Em muitos casos, isso ocorre devido às diferenças dos sistemas jurídicos entre os países. O procurador afirmou que, em muitos casos, quando o dinheiro é rastreado, os governos estrangeiros, pela ausência de tratados, não bloqueiam os



bens e eles acabam sendo retirados de onde se encontram pelos criminosos.

Segundo ele, a falta de uma lei de cooperação é o que mais preocupa o Ministério Público. "Se não tivermos a capacidade de recuperar os ativos, de nada adianta prender os criminosos, porque eles continuam operando os recursos ilegalmente no exterior", lamentou Aras. - Excesso de recursos

Outro problema apontado pelo procurador é a deficiência estrutural da Justiça criminal brasileira. Para ele, o excesso de recursos judiciais, sobretudo em processos de lavagem de dinheiro, dificultam o acesso e a repatriação desses ativos. "Para termos um sistema de cooperação eficiente, é preciso ter um marco regulatório para facilitar a recuperação desses recursos", afirmou Aras.

O diretor-substituto do departamento de recuperação de ativos do Ministério da Justiça, Roberto Biasoli, disse que a falta de efetividade da Justiça criminal brasileira, provocada por problemas como a morosidade dos processos,

dificulta o retorno desses bens ao País. "Os países perguntam para nós: Brasil, vocês não querem esse dinheiro? Mas a gente precisa esperar o trânsito em julgado [da Justiça]", explicou Biasoli.

Ele afirmou que desde 2004, R\$ 35 milhões (entre dinheiro, propriedades e ações) que resultaram de crimes foram repatriados e que ainda há R\$ 700 milhões bloqueados em outros países. "Se demorar muito, esse dinheiro se perde", ponderou o representante do Ministério da Justiça na comissão.

- Agilidade

De acordo com o delegado da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte, atualmente, o mercado financeiro internacional é muito rápido e muito ágil e não existem barreiras para entrada e saída de dinheiro num país. "O que a gente precisa é de meios para atuar também de forma ágil, para gente poder conseguir captar esses valores, esses bens no exterior e também aqui no Brasil." Duarte defendeu uma nova legislação que dê maior autonomia para a Polícia Federal atuar de forma mais direta no combate a esses crimes.

Ele também criticou a legislação criminal. Segundo o delegado, os países signatários em tratados com o Brasil, exigem o trânsito em julgado de uma condenação com relação a uma pessoa ou a uma organização criminosa para o envio desses ativos para o Brasil. Em muitos casos, devido à grande quantidade de recursos judiciais, o processo acaba prescrito. "Com essa prescrição, a gente não tem como rever esse dinheiro ou esse bem", observou Duarte.

Luciano Coutinho reconhece queda no desempenho do BNDES e mostra dados de recuperação

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, informou, em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que houve uma pequena queda no desempenho da instituição ao longo dos primeiros meses deste ano. Segundo ele, contudo, essa diminuição com relação aos dados de 2013 não é preocupante. O economista detalhou que os principais investimentos em 2013 foram destinados às áreas de infraestrutura e indústria, porém, com um grande crescimento da destinação de recursos para os setores de comércio e serviços. Por outro lado, o banco tem destinado um percentual menor de seus recursos para a administração pública.

Coutinho também comparou as três maiores instituições de investimentos do mundo: o CDB, da China, o KfW, da Alemanha, e o BNDES. O banco chinês tem 1 bilhão de dólares em ativos; o alemão, 657 milhões; e o brasileiro, 367 milhões. Em quarto viria a instituição de investimentos da Coreia do Sul. “Vários países desenvolvidos como a França têm bancos de investimentos, mas quase todos são menores que o BNDES”, citou.

O presidente do BNDES negou que a instituição empreste dinheiro para governos estrangeiros. “O BNDES libera recursos apenas para empresas brasileiras que tenham sido encarregadas de realizar um serviço no exterior. Nossa relação é com a empresa nacional, para gerar empregos no Brasil”, afirmou.

No caso da América Latina, Coutinho afirma que o Brasil responde hoje por quase 18% da exportação de serviços de engenharia à região, perdendo apenas para a Espanha, e à frente de Estados Unidos e China. “Prestamos serviços a países como Argentina, Venezuela, República Dominicana, Cuba, Peru e Equador”, citou.

O deputado Carlos Brandão (PSDB-



-MA) disse que conhece muitos empreendedores brasileiros que não conseguem ter acesso aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, enquanto uma série de obras realizadas fora do País, como o porto de Mariel, em Cuba, e o metrô de Caracas (Venezuela), obtêm esses investimentos. “Ou o crescimento nacional não é prioridade ou estão sobrando recursos para irem lá para fora”, questionou.

Brandão, um dos parlamentares que sugeriu a realização da audiência, criticou também o fato de esses investimentos para o exterior serem sigilosos. Ainda segundo o deputado, ao longo dos últimos três meses, apenas três navios atracaram no porto de Mariel. “Enquanto isso, enfrentamos o caos no porto de Santos (SP)”, lamentou.

Também autor do requerimento para a realização da reunião, o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) quis saber se houve empréstimo a fundo perdido no caso do porto de Mariel, o que foi negado por Luciano Coutinho.

O deputado Fernando Francischini (SD-PR) questionou se o Banco irá financiar a construção de um porto no Uruguai, a exemplo do que ocorreu com o porto de Mariel, em Cuba. “Porque, nesse caso, a construção desse porto vai prejudicar diretamente construções de portos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul que não contam com esses recursos”. Já o deputado Pepe Vargas (PT-RS) criticou os argumentos usados pelos parlamentares de oposição sobre os financiamentos de obras no exterior realizados pelo BNDES. “Eles estão com uma visão sectária e, ainda por cima, preconceituosa. Todos os países de projeção externa têm agências para financiar serviços no exterior. O BNDES realiza esse serviço porque infelizmente ainda não temos um desses órgãos”, argumentou. Vargas negou ainda que existam critérios políticos para a liberação de recursos do banco.

Luciano Coutinho, informou ainda que o BNDES é dono de 9% das ações da Petrobras e tem recebido os pagamentos em dia pelos empréstimos realizados à estatal, como no caso da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco. Ele negou que tenha havido equívoco do banco na avaliação de riscos do empréstimo. O BNDES emprestou R\$ 10 bilhões para a construção da refinaria, mas o cálculo estava equivocado, pois, mesmo depois da Petrobras ter gasto mais R\$ 25 bilhões, a obra ainda não está concluída e pode chegar aos R\$ 40 bilhões.

A reunião de Audiência Pública foi presidida pelo deputado Hugo Motta (PMDB-PB) que também é autor do requerimento de convocação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, já aprovado na CFFC. Por conta dessa convocação o presidente do BNDES se dispôs a vir pessoalmente, uma vez que na audiência anteriormente marcada com o BNDES ele enviou representantes que não foram aceitos pelo colegiado.

Subcomissão Especial da Telefonia define roteiro de trabalho

O deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC) presidiu na quarta-feira (28/05/2014), na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – (CFFC) da Câmara dos Deputados, a primeira reunião da Subcomissão Especial da Telefonia para a elaboração do roteiro de trabalho a ser desenvolvido.

O objetivo da subcomissão é a continuação dos trabalhos desenvolvidos em 2013 na CFFC, e o acompanhamento de perto junto aos órgãos competentes e operadoras de telefonia acerca das melhorias necessárias para o setor. “Vale lembrar que esta subcomissão é formada por dez deputados que visam melho-

rias dos serviços prestados”, ressaltou Edinho. Os deputados aprovaram nesta primeira reunião, a realização de audiências públicas com as operadoras e órgãos governamentais. Segundo o relator da Subcomissão, Wellington Roberto (PR-PB), é preciso dar um basta aos abusos dos serviços de telefonia no Brasil.

EXPEDIENTE

FALE CONOSCO: (61) 3216-6672 | E-MAIL: CFFC.DECOM@CAMARA.LEG.BR

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – Câmara dos Deputados
Anexo II – Ala A – Sala 163 - A – CEP: 70160-900

Secretário: Luiz Paulo Pieri

Equipe Técnica:

Andre Gustavo de Lima Meira

Antonio Gomes de Aguiar Neto

Antonio Ribamar Aguiar de Castro

Cláudio Ramos Aguirra

Denize Macedo Pereira Pinto

Emerson Paranhos Santos

Jair Francelino Ferreira

Kátia Isabelli de Bethania Melo Souza

Marielle Orrigo Ferreira Mendes

Milena Feitosa Ramos

Patricia Maria Campos de Miranda

Sandra Betânia de Albuquerque Neves

Tatiana Winnik Memoria

Reportagens: Milena Feitosa, Luiz Paulo Pieri e Agência Câmara

Fotografias: Milena Feitosa, Agência Câmara e CFFC

Projeto Gráfico e Diagramação: Glauber Alves - G.A Studio`s

Impressão: Deapa/Cgraf

Tiragem: 5 mil exemplares